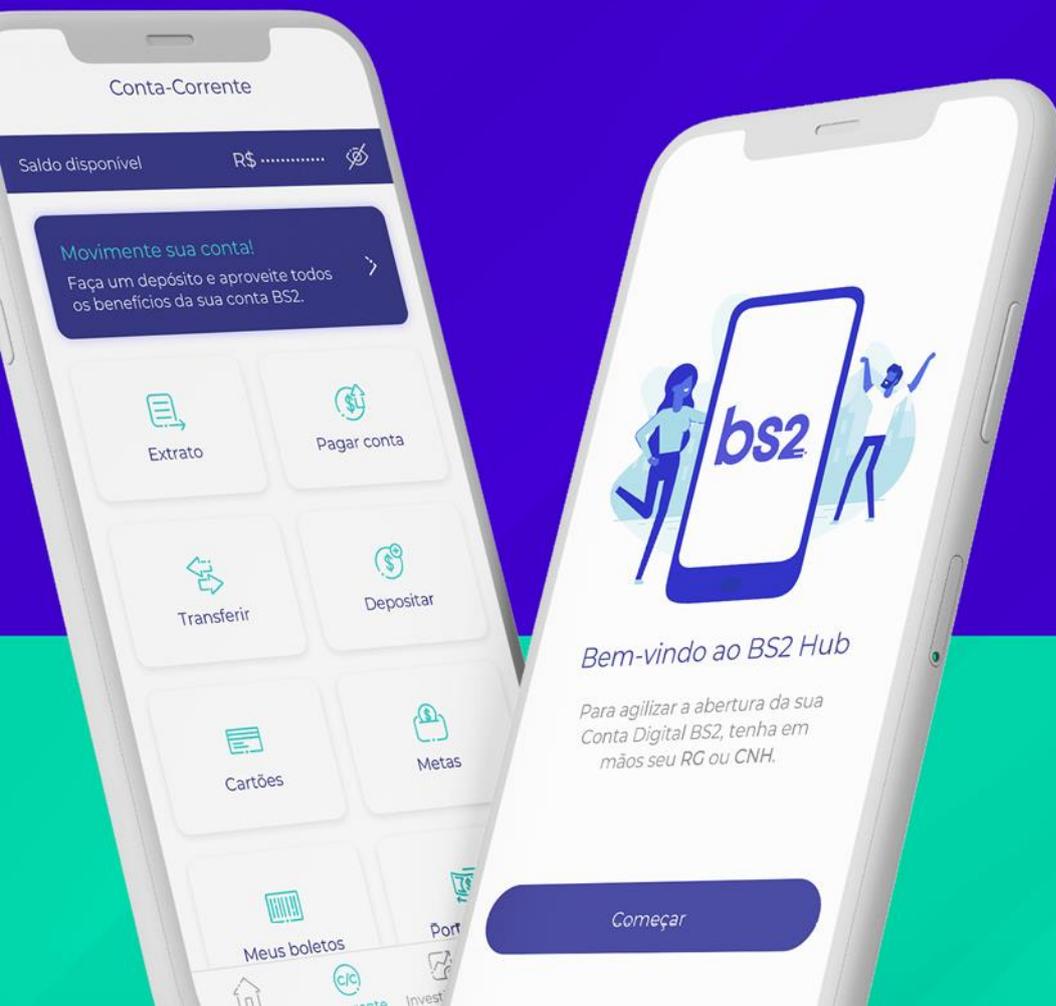


Banco BS2 S.A. (Banco) e Banco BS2 S.A. e suas controladas (Consolidado)

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas***

30 de junho de 2021

e relatório do auditor independente



Banco
bs2.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco BS2 S.A. e do Banco BS2 S.A. e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas explicativas 2(g) e 8)

A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682/99. No cumprimento dessa norma a administração do Banco exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração do valor de realização das garantias e definição do risco de crédito das contrapartes das operações de crédito.

A Administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19.

O uso de julgamentos e premissas de forma incorreta ou a aplicação indevida da regulamentação vigente poderia resultar em estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito consideravelmente diferentes.

Considerando a relevância da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como o exposto anteriormente, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, consideraram a atualização do entendimento dos controles internos e processos aplicados no cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, bem como realizamos testes sobre: i) integridade da base de dados de operações de crédito; ii) confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; iii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; iv) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; v) aplicação das normas internas de classificação de risco das contrapartes, bem como da aprovação dos correspondentes níveis de riscos estabelecidos; vi) cálculo do valor da provisão; vii) conciliação dos valores calculados e os valores contabilizados; e viii) elaboração das notas explicativas.

Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração na mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas explicativas 2(l) e 11)

O crédito fiscal proveniente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais é registrado à medida que a administração considera que o Banco e suas controladas apresentará lucro tributável futuro para sua realização. A projeção de lucro tributável, base para o registro do crédito tributário, é fundamentada em estudo aprovado pela administração do Banco, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução no 4.842/20 e posteriores alterações, e inclui diversas premissas de natureza subjetiva definidas pela administração.

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram entre outros, a atualização do entendimento dos procedimentos relevantes realizados pela administração para a elaboração do estudo de projeção de lucro tributável, bem como o registro e manutenção do crédito tributário de acordo com os requisitos específicos do Banco Central do Brasil.

Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributável aprovado pelos órgãos de governança da administração e obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados. Adicionalmente, confrontamos os

Porque é um PAA

Considerando o exposto acima, o estudo para projeção de lucro tributável, base para o reconhecimento e manutenção do crédito tributário, se mantém como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

resultados históricos projetados com os resultados realizados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e mercado ativo (Notas explicativas 2 (g) e 8(a))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação.

Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os efetivamente realizados (*backtesting*); e iii) análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras no seu conjunto.

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções,

Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.

Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas batch, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria e considerando que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Banco BS2 S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco BS2 S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads 'Luís Carlos Matias Ramos'.

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1



ÍNDICE

Relatório da Administração	9
Balço patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	1
1 Contexto operacional.....	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras	17
3 Resumo das principais políticas contábeis	18
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	23
6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
7 Relações interfinanceiras	27
8 Carteira de crédito	28
9 Outros ativos financeiros	32
10 Outros ativos	33
11 Ativos fiscais correntes e diferidos	33
12 Investimentos em participações em coligadas e controladas	35
13 Depósitos.....	38
14 Recursos de aceites e emissão de títulos.....	39
15 Dívidas e letras financeiras subordinadas	39
16 Outros passivos financeiros	40
17 Provisões.....	41
18 Patrimônio líquido.....	42
19 Resultado da carteira de crédito	44
20 Resultado com aplicações interfinanceiras	44
21 Resultado com títulos e valores mobiliários	44
22 Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	44
23 Despesas com operações de captação no mercado	45
24 Receitas de prestação de serviços	45
25 Despesa de pessoal	45
26 Outras despesas administrativas	46
27 Despesas tributárias.....	46
28 Outras receitas e despesas operacionais	46
29 Imposto de renda e contribuição social.....	47
30 Partes relacionadas.....	48
31 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13.....	50
32 Gerenciamento de risco	51
33 Outras informações	53

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Mesmo frente a um cenário desafiador, com muitas incertezas causadas pela pandemia ao longo do ano, o Banco BS2 e suas controladas mantiveram seus investimentos na sua estratégia digital.

Reforçamos nossa atuação nos segmentos de crédito, serviços de câmbio, investimentos e meios de pagamento, nos quais consolidamos receitas recorrentes fundamentais para sustentação e aprimoramento de nossa plataforma, principalmente no que tange o público PJ, para o qual ofertamos soluções financeiras acessíveis e integradas.

Nossa carteira de crédito total - concentrada na antecipação de recebíveis de cartões, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios - atingiu R\$ 4,2 bilhões, ante R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2020. A captação total acompanhou tal crescimento, alcançando R\$ 5,1 bilhões, ante R\$ 4,5 bilhões de 31 de dezembro de 2020.

Nas operações de câmbio, notadamente nas remessas internacionais, atingimos um montante de R\$ 3,9 bilhões, crescimento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado, o que neutralizou a queda das receitas com o câmbio turismo, que teve sua dinâmica fortemente impactada. Encerramos o semestre com resultado 12% superior ao primeiro semestre de 2020.

No segmento de meios de pagamento, através da nossa subsidiária Adiq, processamos mais de R\$ 39,4 bilhões em operações de cartões de crédito e de débito no primeiro semestre de 2021, contra R\$ 23,8 no mesmo período de 2020.

O resultado consolidado do período foi de um lucro líquido de R\$ 30,4 milhões contra um prejuízo de R\$ 44,2 milhões no primeiro semestre de 2020. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 588,1 milhões contra R\$ 519,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, composto pelo resultado do período e pelo aporte de capital realizado em abril de 2021, de R\$ 52,1 milhões, pelos acionistas controladores, que demonstraram novamente seu compromisso com a execução da estratégia de crescimento do BS2.

Destacamos também um importante movimento iniciado em 2020, de integração da sustentabilidade como elemento direcionador dos negócios nas empresas BS2, seguindo as melhores práticas de ESG – governança social e ambiental. A partir da adesão ao Pacto Global da ONU, em julho de 2020, o Banco iniciou uma agenda institucional de sustentabilidade com ações que o colocam de forma estruturada como promotor do crescimento sustentável. Desdobramentos desta iniciativa poderão ser acompanhados integralmente no Relatório Anual ESG que será publicado pelo Banco BS2.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2021.

A Administração.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Balço patrimonial**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.322.123	812.309	1.322.713	822.266
Disponibilidades		224.722	97.317	225.312	107.274
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.097.401	714.992	1.097.401	714.992
Instrumentos financeiros		5.926.820	5.558.371	11.693.363	10.551.285
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	57.605	55.610	57.605	55.610
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6	1.323.128	1.137.494	1.473.534	1.286.322
Relações interfinanceiras	7	3.675.683	3.561.134	9.258.016	8.339.845
Carteira de crédito	8	692.451	636.185	686.450	628.549
Operações de crédito		412.195	404.066	406.194	396.430
Outros créditos com características de concessão de crédito		292.236	246.002	292.236	246.002
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11.980)	(13.883)	(11.980)	(13.883)
Outros ativos financeiros	9	177.953	167.948	217.758	240.959
Outros ativos	10	35.269	35.865	36.621	37.332
Ativos fiscais correntes e diferidos	11	167.017	161.680	201.044	185.880
Ativos fiscais correntes		45.553	41.851	60.520	51.247
Ativos fiscais diferidos		121.464	119.829	140.524	134.633
Investimentos		125.876	89.731	3.092	2.876
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	123.453	87.536	669	681
Outros investimentos		2.423	2.195	2.423	2.195
Imobilizado		49.462	56.059	63.285	61.089
Imobilizado de uso		64.137	72.185	80.565	81.535
(Depreciação acumulada)		(14.675)	(16.126)	(17.280)	(20.446)
Intangível		19.827	26.636	56.670	55.645
Ativos intangíveis		47.400	49.289	94.537	85.117
(Amortização acumulada)		(27.573)	(22.653)	(37.867)	(29.472)
Total do ativo		7.646.394	6.740.651	13.376.788	11.716.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Balço patrimonial**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Passivo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		7.030.213	6.192.909	12.729.290	11.155.092
Depósitos	13	6.371.755	5.621.935	4.906.602	4.210.601
Depósitos à vista		854.425	542.126	563.867	330.349
Depósitos interfinanceiros		196.442	174.208	196.442	174.208
Depósitos a prazo		5.311.186	4.837.126	4.125.098	3.637.569
Outros depósitos		9.702	68.475	21.195	68.475
Captações no mercado aberto		4.972	4.733		
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	60.810	137.591	60.810	137.591
Relações interfinanceiras	7	14.146	9.185	14.146	9.185
Relações interdependências		167.983	106.785	167.983	106.785
Instrumentos financeiros derivativos			43		43
Dívidas e letras financeiras subordinadas	15	165.763	156.755	165.763	156.755
Outros passivos financeiros	16	244.784	155.882	7.413.986	6.534.132
Provisões	17	21.030	20.055	21.030	20.055
Obrigações fiscais correntes e diferidas		7.056	7.987	23.465	12.820
Obrigações fiscais correntes		5.832	6.880	22.184	11.654
Obrigações fiscais diferidas		1.224	1.107	1.281	1.166
Total do passivo		7.058.299	6.220.951	12.773.785	11.187.967
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		588.095	519.700	588.095	519.700
Capital social	18(a)	560.705	508.621	560.705	508.621
Reserva de capital		2.222	1.971	2.222	1.971
Reservas de lucros	18(b)	9.033	9.033	9.033	9.033
Outros resultado abrangentes		(7.918)	75	(7.918)	75
Lucros ou prejuízos acumulados		24.053		24.053	
Participações de acionistas não controladores				14.908	8.706
Total do patrimônio líquido		588.095	519.700	603.003	528.406
Total do passivo e patrimônio líquido		7.646.394	6.740.651	13.376.788	11.716.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Demonstração do resultado**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		167.111	216.870	146.445	219.851
Resultado da carteira de crédito	19	55.944	52.921	55.720	52.414
Resultado com aplicações interfinanceiras	20	8.136	13.470	8.136	13.470
Resultado com títulos e valores mobiliários	21	22.560	11.130	25.451	12.792
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		3.815	75.791	3.640	72.552
Resultado com operações de câmbio		76.656	63.558	76.687	68.623
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	22			(23.189)	
Despesas da intermediação financeira		(140.409)	(186.704)	(116.934)	(184.126)
Operações de captação no mercado	23	(135.370)	(182.119)	(111.895)	(179.541)
Operações empréstimos e repasses		(5.039)	(4.585)	(5.039)	(4.585)
Resultado da Intermediação Financeira		26.702	30.166	29.511	35.725
Resultado de créditos de liquidação duvidosa		173	(5.863)	173	(5.777)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(2.574)	(6.713)	(2.574)	(6.627)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo		2.747	850	2.747	850
Resultado bruto da intermediação financeira		26.875	24.303	29.684	29.948
Outras receitas (despesas) operacionais		(29.974)	(117.505)	(9.704)	(121.469)
Receitas de prestação de serviços	24	152.164	72.913	223.648	100.526
Rendas de tarifas bancárias		11.651	2.823	11.651	2.823
Despesas de pessoal	25	(34.755)	(29.764)	(67.863)	(58.077)
Outras despesas administrativas	26	(141.246)	(143.137)	(170.789)	(155.014)
Despesas tributárias	27	(13.483)	(9.088)	(31.084)	(16.800)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	18.802	(644)	256	210
Outras receitas operacionais	28	33.560	17.255	38.258	18.970
Outras despesas operacionais	28	(56.667)	(27.863)	(13.781)	(14.107)
Resultado operacional		(3.099)	(93.202)	19.980	(91.521)
Outras receitas e despesas	33(e)	34.850	11.544	33.432	11.380
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		31.751	(81.658)	53.412	(80.141)
Imposto de renda e contribuição social	29	(5.021)	36.219	(17.556)	37.723
Imposto de renda		(98)	(2.572)	(12.366)	(3.847)
Contribuição social		(78)	(2.058)	(4.508)	(2.462)
Ativo fiscal diferido		(4.845)	40.849	(682)	44.032
Participações no resultado		(2.677)		(5.425)	(1.789)
Resultado líquido dos semestres		24.053	(45.439)	30.431	(44.207)
Resultado líquido atribuível aos acionistas:					
Controladores				24.053	(45.352)
Não controladores				6.378	1.145
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		220,87	(508,67)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Demonstração do resultado abrangente**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado líquido do período	24.053	(45.439)	30.431	(44.207)
Outros ajustes abrangentes	(7.993)	(16)	(7.993)	(16)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(14.282)	(160)	(14.282)	(160)
Variação cambial de dependência no exterior	(250)	152	(250)	152
Imposto de renda e contribuição social	6.539	(8)	6.539	(8)
Total do resultado abrangente	16.060	(45.455)	22.438	(44.223)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas:				
Controladores			16.060	(45.368)
Não controladores			6.378	1.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Outros resultado abrangentes</u>	<u>Lucros ou prejuízos acumulados</u>	<u>Banco Patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.287	43.334	136		503.378
Ajustes de avaliação patrimonial				(16)		(16)
Remuneração baseada em ações		110				110
Prejuízo do semestre					(45.439)	(45.439)
Dividendos			(2.875)			(2.875)
Saldo em 30 de junho de 2020	458.621	1.397	40.459	120	(45.439)	455.158
Saldo em 31 de dezembro de 2020	508.621	1.971	9.033	75		519.700
Ajustes de avaliação patrimonial				(7.993)		(7.993)
Aumento de capital	52.084					52.084
Remuneração baseada em ações		251				251
Lucro líquido do semestre					24.053	24.053
Saldo em 30 de junho de 2021	560.705	2.222	9.033	(7.918)	24.053	588.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2021
Valores expressos em milhares de reais

	Consolidado							
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultado abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participações de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	458.621	1.939	43.422	136		504.118	6.071	510.189
Ajustes de avaliação patrimonial				(16)		(16)		(16)
Aumento de capital							17	17
Remuneração baseada em ações		83				83		83
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre					(45.439)	(45.439)	1.145	(44.294)
Dividendos			(2.875)			(2.875)		(2.875)
Saldo em 30 de junho de 2020	458.621	2.022	40.547	120	(45.439)	455.871	7.233	463.104
Saldo em 31 de dezembro de 2020	508.621	1.971	9.033	75		519.700	8.706	528.406
Ajustes de avaliação patrimonial				(7.993)		(7.993)		(7.993)
Aumento de capital	52.084					52.084	363	52.447
Remuneração baseada em ações		251				251		251
Aquisição de participações societárias de não controladores							(539)	(539)
Lucro líquido do semestre					24.053	24.053	6.378	30.431
Saldo em 30 de junho de 2021	560.705	2.222	9.033	(7.918)	24.053	588.095	14.908	603.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Demonstração dos fluxos de caixa**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Atividades operacionais				
Resultado líquido dos semestres	24.053	(45.439)	30.431	(44.207)
Ajustes ao lucro líquido	124.514	98.638	142.960	92.814
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.574	6.713	2.574	6.627
Depreciação e amortização	8.040	7.939	12.311	10.864
Resultado de participação em controlada	(18.802)	644	(256)	(210)
Ganhos / perdas de capital líquidas	276	371	470	221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.845	(40.849)	682	(44.032)
Variação cambial dívida subordinada		85.662		85.662
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(29.612)	(68.801)	(30.128)	(73.974)
Variação cambial de outros ativos e passivos	155.974	123.166	155.974	123.890
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros derivativos e objeto de hedge		(9.188)		(9.188)
Pagamentos baseados em ações	137	110	251	83
Provisão (Reversão) para contingências	1.082	(7.129)	1.082	(7.129)
Resultado líquido ajustado	148.567	53.199	173.391	48.607
Variações de ativos e passivos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.995)		(1.995)	
Títulos e valores mobiliários	(193.466)	(396.784)	(195.043)	(402.369)
Operações de crédito	(12.648)	64.717	(14.283)	64.461
Outros créditos	(123.009)	(89.801)	(92.427)	(85.446)
Outros valores e bens	597	8.509	711	7.483
Depósitos	749.723	726.544	695.905	925.974
Captações no mercado aberto	239	(4.407)		(8.191)
Recursos de aceites e emissões de títulos	(76.781)	62.209	(76.781)	62.209
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	(4)	32		44
Relações interfinanceiras e interdependências	(128.170)	(984.998)	(931.792)	(417.706)
Instrumentos financeiros derivativos	(57)	(76.684)	(57)	(76.684)
Outras obrigações	74.197	232.536	881.824	(537.668)
Resultado de exercícios futuros	(1.894)	9.371	(1.894)	9.371
Caixa (aplicado) gerado nas operações	435.299	(395.557)	437.559	(409.915)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(4.466)	(1.027)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	435.299	(395.557)	433.093	(410.942)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação de imobilizado de uso	4.284	13.509	4.285	13.706
Aquisição de imobilizado de uso	(917)	(39.385)	(10.504)	(39.688)
Aquisição de investimentos	(228)	(189)	(228)	(189)
Aquisição de intangível	(1.617)	(4.828)	(12.926)	(21.995)
Alienação de intangível	3.505	1	3.505	14.314
Dividendos recebidos	3.145	134	269	134
Alienação de participações societárias	55	455	55	9
Aquisição de participações societárias	(539)		(539)	(49)
Aumento de capital em controladas	(17.010)	(10.211)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.322)	(40.514)	(16.083)	(33.758)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(2.875)	(947)	(3.168)
Aumento de capital	52.084		52.084	
Aumento de capital de não controladores			31	89
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	2.141	102.300	2.141	102.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	54.225	99.425	53.309	99.221
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	480.202	(336.646)	470.319	(345.479)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	812.309	786.966	822.266	801.799
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	29.612	68.801	30.128	73.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.322.123	519.121	1.322.713	530.294
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	480.202	(336.646)	470.319	(345.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. ("Banco") é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de aquisição, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A., que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes, a apresentação da demonstração do resultado abrangente e a apresentação do balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na nota 3(p).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento subsequente
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico (R1)
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 04 de agosto de 2021.

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior:

- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;
- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e
- Das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior.

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, são convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.

- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela resolução CMN nº 4.855, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020 em função da pandemia da Covid19, para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

- (iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
- Nas operações classificadas na categoria “com retenção de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

- (iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a despeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Permanente

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 12.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obterá com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da

instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. No primeiro semestre de 2021 e 2020 não foram identificados indícios de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente o resultado que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Observando o exposto acima, o resultado líquido no primeiro semestre de 2021, do Banco no montante de R\$ 24.053 positivo (R\$ 45.439 negativo em 30/06/2020) e do Consolidado de R\$ 30.431 positivo (R\$ 44.207 negativos em 30/06/2020), foram obtidos com base em resultados recorrentes e não recorrentes conforme evidenciados na nota 33(e).

(p) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco BS2 S.A. contemplam sua dependência no exterior e as operações de suas controladas. Foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. As empresas consolidadas e as suas participações, diretas e indiretas, estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	30/06/2021		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações S.A.	Participação societária em Instituições Financeiras	92,24%		92,24%
AD Participações S.A.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos		99,998%	99,998%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	84,75%		84,75%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	98,00%		98,00%
Adiqplus Facilitadora de Pagamentos Ltda.	Serviços de tecnologia		99,99%	99,99%

Empresa	Atividade	30/06/2020		
		Participação direta	Participação indireta	Participação consolidado
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	83,18%	16,70%	99,88%
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	77,40%	2,70%	80,10%
DT Participações Ltda.	Participação societária em Instituições Financeiras	87,80%		87,80%
AD Participações Ltda.	Participação societária em Instituições de pagamento	99,52%		99,52%
Previmax Previdência e Seguradora S.A.	Previdência privada e seguradora autorizada a funcionar pela SUSEP	99,80%		99,80%
BS2 Tecnologia Ltda.	Serviços de tecnologia	99,90%		99,90%
BLU Tecnologia Digital Ltda.	Serviços de tecnologia	14,75%	84,00%	98,75%
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	Administradora de fundos e investimentos		75,00%	75,00%
BLU Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	87,06%		87,06%
BS2P Participações Ltda.	Participação societária não-financeiras	98,00%		98,00%
Data Lead Informações	Serviços de tecnologia		99,99%	99,99%
Dependências no exterior - Agência Cayman	Agência no exterior	100,00%		100,00%

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidade em moeda nacional	170.202	32.000	170.385	35.023
Disponibilidade em moeda estrangeira	54.520	65.317	54.927	72.251
Total de disponibilidades	224.722	97.317	225.312	107.274
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.097.401	714.992	1.097.401	714.992
Total	1.322.123	812.309	1.322.713	822.266

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 3(c).

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
CDI Bancoob	25.586	25.432
CDI Banco ABC	32.019	30.178
Total	57.605	55.610
Circulante	25.586	25.432
Não circulante	32.019	30.178

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Livres				
Letras Financeiras do Tesouro	593.604	555.865	608.813	592.183
Notas do Tesouro Nacional	233.298		233.298	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	47.479	47.479	47.479	47.479
Cotas de fundos de investimentos	98.562	103.494	113.286	117.821
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro		4.734		4.734
Notas do Tesouro Nacional	5.056		5.056	
Vinculado ao Banco Central				
Letras Financeiras do Tesouro		50.287	2.015	50.287
Vinculado a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	345.115	375.635	463.573	473.818
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)	(9.040)	(9.040)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.323.114	1.137.494	1.473.520	1.286.322
Instrumentos financeiros derivativos				
Vendas a termo a receber	14		14	
Total	1.323.128	1.137.494	1.473.534	1.286.322
Circulante	1.084.774	1.137.494	1.235.180	1.286.322
Não circulante	238.354		238.354	

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 30 de junho de 2021 é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2020).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

	Banco							
	30/06/2021							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Resultado		Patrimônio Líquido						
Títulos para negociação	1.094.546	(746)	1.093.800	107.602		325.996	180.289	479.913
Cotas de fundos de investimentos	98.562		98.562	98.562				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	44.763	2.716	47.479				13.349	34.130
Letras Financeiras do Tesouro	942.181	(3.462)	938.719			325.996	166.940	445.783
Títulos disponíveis para venda	252.618		238.354					238.354
Notas do Tesouro Nacional	252.618		238.354					238.354
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.347.164	(746)	1.332.154	107.602		325.996	180.289	718.267
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Total de títulos e valores mobiliários	1.338.124	(746)	1.323.114	98.562		325.996	180.289	718.267

	Consolidado							
	30/06/2021							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Resultado		Patrimônio Líquido						
Títulos para negociação	1.246.516	(1.582)	1.244.934	122.326		327.575	223.761	571.272
Cotas de fundos de investimentos	113.286		113.286	113.286				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	44.763	2.716	47.479				13.349	34.130
Letras Financeiras do Tesouro	1.079.427	(4.298)	1.075.129			327.575	210.412	537.142
Títulos disponíveis para venda	252.618		238.354					238.354
Notas do Tesouro Nacional	252.618		238.354					238.354
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.499.134	(1.582)	1.483.288	122.326		327.575	223.761	809.626
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Provisão para IRF/IOF	(728)		(728)				(207)	(521)
Total de títulos e valores mobiliários	1.489.366	(1.582)	1.473.520	113.286		327.575	223.554	809.105



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Banco						
	31/12/2020						
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	1.146.080	454	1.146.534	112.534	198.386	500.056	335.558
Cotas de fundos de investimentos	103.494		103.494	103.494			
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040			
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.223	2.256	47.479			13.414	34.065
Letras Financeiras do Tesouro	988.323	(1.802)	986.521		198.386	486.642	301.493
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.146.080	454	1.146.534	112.534	198.386	500.056	335.558
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	1.137.040	454	1.137.494	103.494	198.386	500.056	335.558
							Consolidado
							31/12/2020
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no resultado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	1.295.394	(32)	1.295.362	126.861	208.781	544.058	415.662
Cotas de fundos de investimentos	117.821		117.821	117.821			
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040			
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.223	2.256	47.479			13.414	34.065
Letras Financeiras do Tesouro	1.123.310	(2.288)	1.121.022		208.781	530.644	381.597
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.295.394	(32)	1.295.362	126.861	208.781	544.058	415.662
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	1.286.354	(32)	1.286.322	117.821	208.781	544.058	415.662

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e Consolidado participam de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2021, o Banco e Consolidado possuíam contratos de derivativos envolvendo operações de futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A., as operações com *swap* foram liquidadas em novembro de 2020 pela liquidação da dívida subordinada.

(i) Termo

Em 30 de junho de 2021, o Banco e o Consolidado possuía posições de vendas a termos a receber – Ativo de moeda estrangeira de R\$ 14 (Obrigações por venda a termo – Passivo de R\$ 43 em 31/12/2020) com um valor de referência de R\$ 16.818 (R\$ 8.188 em 31/12/2020). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras.

(ii) Futuros

Em 30 de junho de 2021, o Banco e Consolidado, realizaram operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido positivo para o Banco de R\$ 3.446 (resultado líquido negativo de R\$ 21.554 em 30/06/2020) e um resultado líquido positivo para o Consolidado de R\$ 3.271 (resultado líquido negativo de R\$ 24.793 em 30/06/2020).

7 Relações interfinanceiras

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				
Outros Sistemas de Liquidação	22.592		22.592	
Transações de pagamento (*)	3.467.152	3.470.239	9.049.485	8.248.951
Depósitos Banco Central - Outros	176.715	83.521	176.715	83.520
Depósitos Banco Central – Reservas Compulsórias	8.560	6.733	8.560	6.733
Relações com Correspondentes	664	641	664	641
Total – Circulante	3.675.683	3.561.134	9.258.016	8.339.845
Passivo				
Outros Sistemas de Liquidação	4.924		4.924	
Transações de pagamento	9.222	9.185	9.222	9.185
Total – Circulante	14.146	9.185	14.146	9.185

(*) No Banco refere-se a créditos antecipados aos estabelecimentos comerciais de operações com cartão de débito e crédito e no Consolidado refere-se a pagamentos e recebimentos a liquidar de emissores decorrentes das operações com cartão de débito e crédito realizadas por estabelecimentos comerciais.

8 Carteira de crédito
(a) Classificação por produto

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Setor Privado				
Crédito pessoal	10.212	7.255	10.212	7.255
Capital de giro	294.550	305.349	288.548	297.713
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	40.490	40.255	40.491	40.255
Desconto de títulos	42.603	38.928	42.603	38.928
Adiantamentos a depositantes	3.817	459	3.817	459
Conta garantida	6.619	200	6.619	200
Cartão de crédito	3.867	1.087	3.867	1.087
Outros	10.037	10.533	10.037	10.533
Total operações de crédito	412.195	404.066	406.194	396.430
Precatórios	280.631	232.010	280.631	232.010
Devedores por compra de valores e bens	2.703	5.146	2.703	5.146
Cartão de crédito	8.902	8.846	8.902	8.846
Total outros créditos com características de concessão de crédito	292.236	246.002	292.236	246.002
Total carteira de crédito	704.431	650.068	698.430	642.432
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito	(11.070)	(13.014)	(11.070)	(13.014)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros créditos com características de concessão de crédito	(910)	(869)	(910)	(869)
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.980)	(13.883)	(11.980)	(13.883)
Total	692.451	636.185	686.450	628.549
Circulante	412.384	346.586	406.383	338.950
Não circulante	280.067	289.599	280.067	289.599

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram efetuadas cessões de créditos com retenção de risco.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, no Consolidado, foram efetuadas cessões de créditos sem retenção de risco de transações de pagamentos, que na data da cessão totalizava R\$ 3.901.176, gerando um resultado negativo de R\$ 23.189 conforme nota 22.

(c) Classificação por prazo

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
A vencer com prazo indeterminado	280.631	232.010	280.631	232.010
A vencer até 90 dias	143.313	144.177	142.427	143.313
A vencer de 91 a 180 dias	39.135	32.106	38.251	31.249
A vencer de 181 a 360 dias	66.561	78.073	64.770	76.337
A vencer acima de 360 dias	166.328	160.953	163.888	156.774
Total de parcelas a vencer	695.968	647.319	689.967	639.683
Vencidas até 90 dias	2.796	1.180	2.796	1.180
Vencidas de 91 a 180 dias	4.916	338	4.916	338
Vencidas de 181 a 360 dias	751	1.015	751	1.015
Vencidas acima de 360 dias		216		216
Total de parcelas vencidas	8.463	2.749	8.463	2.749
Total	704.431	650.068	698.430	642.432

(d) Classificação por setor de atividade

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Outros serviços	390.788	392.456	384.787	384.820
Pessoas físicas	33.012	25.602	33.012	25.602
Administração pública	280.631	232.010	280.631	232.010
Total	704.431	650.068	698.430	642.432

(e) Classificação por níveis de risco

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	Banco				Consolidado			
		30/06/2021	30/12/2020	30/06/2021	30/12/2020	30/06/2021	30/12/2020	30/06/2021	30/12/2020
		Carteira	Provisão mínima requerida						
AA		146.781		72.591		146.781		72.591	
A	0,5	408.722	2.043	373.935	1.870	402.721	2.043	366.299	1.870
B	1	88.493	885	113.318	1.133	88.493	885	113.318	1.133
C	3	48.580	1.457	57.964	1.739	48.580	1.457	57.964	1.739
D	10	1.480	148	22.539	2.254	1.480	148	22.539	2.254
E	30	2.085	626	2.127	638	2.085	626	2.127	638
F	50	2.490	1.245	2.677	1.338	2.490	1.245	2.677	1.338
G	70	747	523	22	16	747	523	22	16
H	100	5.053	5.053	4.895	4.895	5.053	5.053	4.895	4.895
Total		704.431	11.980	650.068	13.883	698.430	11.980	642.432	13.883



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) **Classificação por níveis de risco e produto**

Nível	30/06/2021					Banco 31/12/2020				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA		35.972	110.809		146.781			72.591		72.591
A	3.317	168.897	169.822	66.686	408.722	2.633	187.165	159.419	24.718	373.935
B	2.559	46.825		39.109	88.493	3.697	32.418		77.203	113.318
C	3.728	37.735		7.117	48.580	40	55.179		2.745	57.964
D	90	1.003		387	1.480	78	22.334		127	22.539
E	5	1.589		491	2.085	175	1.947		5	2.127
F	7	1.777		706	2.490	518	2.115		44	2.677
G	1	346		400	747	11			11	22
H	505	406		4.142	5.053	103	4.191		601	4.895
Total	10.212	294.550	280.631	119.038	704.431	7.255	305.349	232.010	105.454	650.068

Nível	30/06/2021					Consolidado 31/12/2020				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA		35.972	110.809		146.781			72.591		72.591
A	3.317	162.895	169.822	66.687	402.721	2.633	179.529	159.419	24.718	366.299
B	2.559	46.825		39.109	88.493	3.697	32.418		77.203	113.318
C	3.728	37.735		7.117	48.580	40	55.179		2.745	57.964
D	90	1.003		387	1.480	78	22.334		127	22.539
E	5	1.589		491	2.085	175	1.947		5	2.127
F	7	1.777		706	2.490	518	2.115		44	2.677
G	1	346		400	747	11			11	22
H	505	406		4.142	5.053	103	4.191		601	4.895
Total	10.212	288.548	280.631	119.039	698.430	7.255	297.713	232.010	105.454	642.432



(g) **Concentração da carteira**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	Valor	Valor	Valor	Valor
	% sobre a carteira			
10 maiores devedores	385.426	354.466	385.426	354.466
	54,71	54,53	55,18	55,18
20 maiores devedores seguintes	152.539	163.779	151.060	161.147
	21,65	25,19	21,63	25,08
50 maiores devedores seguintes	108.105	100.227	104.492	95.730
	15,35	15,42	14,96	14,90
100 maiores devedores seguintes	34.355	18.312	33.591	17.887
	4,88	2,82	4,81	2,78
Outros	24.006	13.284	23.861	13.202
	3,41	2,04	3,42	2,06
Total	704.431	650.068	698.430	642.432
	100,00	100,00	100,00	100,00

(h) **Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Saldo no início do semestre	13.883	22.393	13.883	22.305
Constituição e reversão de provisão	2.574	6.713	2.574	6.627
Baixas de créditos para prejuízo	(4.477)	(7.128)	(4.477)	(7.041)
Saldo no fim do semestre	11.980	21.978	11.980	21.891

No Banco e Consolidado, no primeiro semestre de 2021 foi recuperado o montante de R\$ 2.747 (R\$ 850 em 30/06/2020) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foi renegociado um montante de R\$ 73.234 (R\$ 132.586 em 30/06/2020) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2021 totaliza em R\$ 34.528 (R\$ 118.708 em 30/06/2020).

9 Outros ativos financeiros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Operações de câmbio (i)	132.266	36.414	132.266	36.414
Rendas a receber	114	4.395	364	1.527
Negociação e intermediação de valores	2.222		2.624	612
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(i))	9.995	10.291	10.025	10.301
Títulos e créditos a receber (ii)	574	12.624	582	12.629
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 30)	615	1.017	13	22
Valores a receber por operações de adquirência			32.380	74.574
Diversos (iii)	32.167	103.207	39.504	104.880
Total	177.953	167.948	217.758	240.959
Circulante	168.074	145.957	207.849	218.958
Não circulante	9.879	21.991	9.909	22.001

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Câmbio comprado a liquidar	107.967	35.855	107.967	35.855
Direitos sobre vendas de câmbio	26.461	5.648	26.461	5.648
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.162)	(5.089)	(2.162)	(5.089)
Total	132.266	36.414	132.266	36.414

(ii) “Títulos e créditos a receber” refere-se basicamente a direitos creditórios, assim entendidos como expectativa de direito de crédito em ação de natureza condenatória movida em desfavor da União Federal ou suas Autarquias, são adquiridos pelo Banco e são mantidos em carteira até a sua formalização em precatórios, que assegura elevado grau de confiança de realização, e posterior liquidação final. Os direitos creditórios somente passam a apropriar renda após a ordem judicial de constituição em precatório.

(iii) Em 30 de junho de 2021, no Banco e Consolidado, o valor de R\$ 25.000 em “Diversos” refere-se a valor a receber de Magalu Pagamentos Ltda. pela cessão onerosa de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito, sujeito à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o que ocorreu em 05 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, no Banco e Consolidado, o valor de R\$ 98.121 em “Diversos” refere-se a depósito judicial a levantar pela extinção de precatório do Município de Guarulhos.

10 Outros ativos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Bens não de uso próprio (i)	14.778	13.547	15.203	13.964
Despesas antecipadas	20.491	22.318	21.418	23.368
Deságio na colocação de títulos	16.891	18.761	16.891	18.761
Outras despesas antecipadas	3.600	3.557	4.527	4.607
Total	35.269	35.865	36.621	37.332
Circulante	19.927	18.207	21.279	19.674
Não circulante	15.342	17.658	15.342	17.658

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

11 Ativos fiscais correntes e diferidos
(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar.

(b) Ativos fiscais diferidos

Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para perdas em ativos	9.726	12.692	9.726	12.692
Provisões passivas	12.091	18.765	13.322	20.186
Ajustes ao valor de mercado	7.977	841	8.252	1.006
Outras diferenças temporárias	5.121	4.611	5.775	5.267
Total de diferenças temporárias	34.915	36.909	37.075	39.151
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	47.607	45.591	58.295	53.473
Base negativa - Contribuição Social	38.942	37.329	45.154	42.009
Total	121.464	119.829	140.524	134.633

(c) Movimentação dos créditos tributários

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	Banco			Banco		
	30/06/2021			30/06/2020		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	36.909	82.920	119.829	45.819	45.654	91.473
Constituição	21.909	3.629	25.538	12.347	44.560	56.907
Utilização	(23.903)		(23.903)	(16.061)		(16.061)
Saldo no fim do semestre	34.915	86.549	121.464	42.105	90.214	132.319

	30/06/2021			Consolidado 30/06/2020		
	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo no início do semestre	39.151	95.482	134.633	47.493	52.350	99.843
Constituição	23.529	7.967	31.496	12.897	49.798	62.695
Utilização	(25.605)		(25.605)	(17.392)	(873)	(18.265)
Saldo no fim do semestre	37.075	103.449	140.524	42.998	101.275	144.273

(d) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

Ano	Banco		Consolidado	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
2022	14.444	13.855	17.243	16.540
2023	24.036	22.116	24.505	22.547
2024	21.509	18.984	22.860	20.177
2025	16.892	14.301	22.932	19.415
2026	17.737	14.404	26.138	21.227
2027	18.624	15.125	18.624	15.125
2028	8.222	6.677	8.222	6.677
Total	121.464	105.462	140.524	121.708

O Banco e o Consolidado adotam a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 30 de junho de 2021 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.



12 Investimentos em participações em coligadas e controladas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

						30/06/2021
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado semestre	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	22.948	145	22.901	144
BS2 Tecnologia Ltda.	15.984.000	99,90	19.230	(1.866)	19.211	(1.864)
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	368.750	14,75	1.503	(397)	222	(58)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	44.286.882	83,18	21.332	(5.660)	17.744	(4.708)
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	71.913	32.786	55.661	25.377
AD Participações S.A.	1.299.760	99,52	2.974	874	2.960	869
DT Participações S.A.	8.463.020	92,24	3.582	(965)	3.304	(868)
BLU Participações Ltda.	1.810.422	84,75	1.298	(334)	1.100	(295)
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	1.459	522	350	205
BS2P Participações Ltda.	980	98,00				
Total					123.453	18.802

					30/06/2020	31/12/2020
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Resultado semestre	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Patrimônio líquido	Valor do investimento
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	(95)	(94)	22.803	22.757
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	225.000		278	140	900	
BS2 Tecnologia Ltda.	999.000	99,90	137	137	6.011	6.005
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	221.250	14,75	(281)	(42)	1.901	280
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	24.717.000	83,18	(6.158)	(4.682)	24.963	20.764
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	6.477	5.013	39.126	30.284
AD Participações S.A.	1.250.000	99,52	172	171	2.101	2.091
DT Participações S.A.	7.252.300	87,80	(1.425)	(1.250)	4.167	3.659
BLU Participações Ltda.	1.102.500	87,06	(236)	(206)	1.632	1.335
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	540	169	1.501	361
BS2P Participações Ltda.	980	98,00				
Total				(644)		87.536



BS2 Asset – Em dezembro de 2020, foi realizada alteração contratual na empresa BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda., onde a BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. adquire quotas passando a participar com 99,998% no capital social. Em maio de 2020 o Banco alienou suas quotas de participação da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

BS2 Tecnologia – Em junho de 2021 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 16.000 após o aporte de R\$ 15.000, representado pela emissão de 15.000.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente.

BLU Pagamentos – Em setembro de 2020 foi realizada a alteração contratual da empresa BLU Tecnologia Digital Ltda., tendo a denominação alterada para BLU Pagamentos e Tecnologia Ltda., incluindo no objeto social para atuar como instituição de pagamento, deliberando também o aumento de capital social para R\$ 2.500, realizado através da integralização de R\$ 1.500 pelos sócios proporcional a sua participação.

BS2 DTVM – Em junho de 2021, foi realizada o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. para R\$ 45.000, após o aporte de R\$ 2.000, representado pela emissão de 3.846.156 novas ações ordinárias e 770.891 novas ações preferenciais, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas. Em junho de 2020, foi realizada o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. para R\$ 43.000, após o aporte de R\$ 10.000, representado pela emissão de 16.393.443 novas ações ordinárias, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas.

Adiq – Em maio de 2021 foi realizada a AGE da empresa Adiq Soluções de Pagamento S.A., tendo a denominação alterada para Adiq Instituição de Pagamento S.A..

AD Participações – Em outubro de 2020 foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa AD Participações S.A. para R\$ 1.306 após o aporte de R\$ 50, representado pela emissão de 50.000 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2020 foi realizada a transformação da AD Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar AD Participações S.A..

DT Participações – Em junho de 2021 foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa DT Participações S.A. para R\$ 8.635 após o aporte de R\$ 375, representado pela emissão de 914.635 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente de forma desproporcional pelos acionistas aumentando assim a participação do Banco para 92,24%. Em dezembro de 2020 foi realizada a transformação da sociedade DT Participações Ltda. em sociedade por ações, passando a denominar DT Participações S.A..

BLU Participações – Em março de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco aliena 8.250 quotas de capital reduzindo assim sua participação para 84,75%. Em janeiro de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco adquire 150.000 quotas de capital aumentando assim sua participação para 88,84%. Em setembro de 2020, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., deliberando o aumento de capital social para R\$ 2.136 subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, também o Banco cede e transfere quotas alterando sua participação para 81,82%.



Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas

	Saldo em 31/12/2020	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Remuneração baseada em ações	Saldo em 30/06/2021
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.757	144						22.901
BS2 Tecnologia Ltda.	6.005	(1.864)		14.985			85	19.211
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	280	(58)						222
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	20.764	(4.708)		1.664			24	17.744
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	30.284	25.377						55.661
AD Participações S.A.	2.091	869						2.960
DT Participações S.A.	3.659	(868)		361		149	3	3.304
BLU Participações Ltda.	1.335	(295)			(275)	335		1.100
Butiá Participações S.A.	361	205	(216)					350
Total	87.536	18.802	(216)	17.010	(275)	484	112	123.453

	Saldo em 31/12/2019	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Saldo em 30/06/2020
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.746	(94)					22.652
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda.	413	140		225	(323)	(455)	
BS2 Tecnologia Ltda.	5.670	137					5.807
BLU Tecnologia Digital Ltda.	218	(42)					176
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	18.625	(4.682)		9.986	(48)		23.881
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	19.102	5.013					24.115
AD Participações Ltda.	1.674	171					1.845
DT Participações Ltda.	5.461	(1.250)					4.211
BLU Participações Ltda.	1.084	(206)					878
Butiá Participações S.A.	302	169	(135)				336
Total	75.295	(644)	(135)	10.211	(371)	(455)	83.901

13 Depósitos

	Banco					
	30/06/2021					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	854.425					854.425
Depósitos interfinanceiros		42.537	50.689	103.216		196.442
Depósitos a prazo		2.096.865	1.259.262	1.302.957	652.102	5.311.186
Outros depósitos	9.702					9.702
Total	864.127	2.139.402	1.309.951	1.406.173	652.102	6.371.755
Circulante						4.313.480
Não circulante						2.058.275
						Consolidado
						30/06/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	563.867					563.867
Depósitos interfinanceiros		42.537	50.689	103.216		196.442
Depósitos a prazo		938.658	1.259.262	1.275.076	652.102	4.125.098
Outros depósitos	21.195					21.195
Total	585.062	981.195	1.309.951	1.378.292	652.102	4.906.602
Circulante						2.876.208
Não circulante						2.030.394
						Banco
						31/12/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	542.126					542.126
Depósitos interfinanceiros		22.049	5.342	146.817		174.208
Depósitos a prazo		311.732	1.886.750	2.005.555	633.089	4.837.126
Outros depósitos	68.475					68.475
Total	610.601	333.781	1.892.092	2.152.372	633.089	5.621.935
Circulante						2.836.474
Não circulante						2.785.461
						Consolidado
						31/12/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	330.349					330.349
Depósitos interfinanceiros		22.049	5.342	146.817		174.208
Depósitos a prazo		311.732	817.665	1.875.083	633.089	3.637.569
Outros depósitos	68.475					68.475
Total	398.824	333.781	823.007	2.021.900	633.089	4.210.601
Circulante						1.555.612
Não circulante						2.654.989

14 Recursos de aceites e emissão de títulos

	Banco e Consolidado				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
	30/06/2021				
Letras de crédito imobiliário	21.136	27.055	5.790		53.981
Letras financeiras		6.829			6.829
Total	21.136	33.884	5.790		60.810
Circulante					55.020
Não circulante					5.790
	Banco e Consolidado				
	31/12/2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	31.852	14.083	90		46.025
Letras financeiras		91.465	101		91.566
Total	31.852	105.548	191		137.591
Circulante					137.400
Não circulante					191

15 Dívidas e letras financeiras subordinadas
(a) Dívidas subordinadas

Referem-se à emissão de títulos no mercado internacional “*Subordinated Notes*”, em 03 de novembro de 2010 no montante de US\$ 125.000, com prazo de 10 anos, amortização no final e pagamento de juros semestrais à taxa de 9,25% ao ano. A aprovação correspondente a US\$ 120.000 dessa emissão como dívida subordinada, foi homologado pelo BACEN e passou a compor o Patrimônio de Referência - Nível II a partir de 10 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Resolução CMN 3.444/07 e normas complementares.

A dívida subordinada foi liquidada em novembro de 2020 no seu vencimento pelo montante de R\$ 339.760.

(b) Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
100% IPCA + 6,47%	abril de 2019	abril de 2024	382	353
130% CDI	abril de 2019	abril de 2024	332	326
135% CDI	abril de 2019	abril de 2024	839	825
100% IPCA + 6,17%	maio de 2019	maio de 2024	468	433
100% IPCA + 6,22%	maio de 2019	maio de 2024	754	697
100% IPCA + 6,37%	maio de 2019	maio de 2024	504	466
100% IPCA + 6,42%	maio de 2019	maio de 2024	442	409
100% IPCA + 6,47%	maio de 2019	maio de 2024	759	702
100% IPCA + 6,77%	maio de 2019	maio de 2024	765	706
100% IPCA + 6,87%	maio de 2019	maio de 2024	765	706
130% CDI	maio de 2019	maio de 2024	1.213	1.193
135% CDI	maio de 2019	maio de 2024	9.191	9.036
100% IPCA + 4,98%	junho de 2019	junho de 2024	3.410	3.171
100% IPCA + 5,47%	junho de 2019	junho de 2024	1.563	1.451
130% CDI	junho de 2019	junho de 2024	5.890	5.794
100% IPCA + 4,83%	julho de 2019	julho de 2024	364	339
130% CDI	julho de 2019	julho de 2024	4.251	4.182
135% CDI	julho de 2019	julho de 2024	656	645

**Banco BS2 S.A. e Banco BS2 S.A. e empresas controladas****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Taxa anual</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
100% IPCA + 4,68%	agosto de 2019	agosto de 2024	360	335
100% IPCA + 5,02%	agosto de 2019	agosto de 2024	1.086	1.010
130% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	1.727	1.699
135% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	10.818	10.636
100% IPCA + 4,93%	setembro de 2019	setembro de 2024	361	336
135% CDI	setembro de 2019	setembro de 2024	3.556	3.496
130% CDI	janeiro de 2020	janeiro de 2025	525	516
100% IPCA + 5,75%	março de 2020	março de 2026	53.498	49.586
100% PRÉ + 10,86%	março de 2020	março de 2026	11.988	11.389
140% CDI	março de 2020	março de 2026	46.710	45.893
100% PRÉ + 9,88%	maio de 2020	abril de 2026	445	425
100% IPCA + 6,48%	junho de 2021	junho de 2027	300	
100% IPCA + 6,68%	junho de 2021	junho de 2027	1.841	
Total			165.763	156.755

16 Outros passivos financeiros

	<u>Banco</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	103	271	5	8
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.801	688	1.801	688
Operações de câmbio (i)	134.293	43.280	134.293	43.280
Negociação e intermediação de valores	1.212	733	1.716	12.677
Provisão de despesas com pessoal	12.146	6.998	21.879	15.588
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	12.113	12.695	41.184	37.839
Obrigações por transações de pagamento (ii)			7.022.298	6.203.229
Valores a repassar por operações de adquirência (iii)			107.625	128.797
Valores a repassar a bandeiras de cartão	12.371	21.988	12.371	21.988
Prestações recebidas a baixar	2.859	9.692	3.079	9.746
Valores de tarifas a devolver (Nota 33(e))		18.985		18.985
Resultado de exercícios futuros	29.761	31.655	29.761	31.655
Diversos	38.125	8.897	37.974	9.652
Total	244.784	155.882	7.413.986	6.534.132
Circulante	229.917	120.544	7.399.119	6.498.794
Não circulante	14.867	35.338	14.867	35.338

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composta conforme abaixo:

	<u>Banco e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Câmbio vendido a liquidar	25.058	5.460
Obrigações por compras de câmbio	109.235	37.820
Total	134.293	43.280

(ii) “Obrigações por transações de pagamento” refere-se a valores a repassar aos estabelecimentos comerciais credenciados (adquirência) por operações com cartão de crédito e débito e em contrapartida foi registrado no ativo na rubrica “Relações interfinanceiras - Transações de pagamento” os valores a receber dos repasses das bandeiras de cartões conforme nota 7.

- (iii) “Valores a repassar por operações de aquisição” referem-se basicamente a montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais.

17 Provisões

	Banco e Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Provisões para contingências (i)	20.468	19.386
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	562	669
Total	21.030	20.055
Circulante	411	450
Não circulante	20.619	19.605

- (i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	Banco			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.210	1.505	3.258	2.117
Contingências cíveis	5.084	5.085	16.922	13.516
Diversos	1.872	1.872	288	3.753
Total - Não circulante	9.995	10.291	20.468	19.386

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contingências tributárias	1.829	1.829		
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.241	1.515	3.258	2.117
Contingências cíveis	5.084	5.085	16.922	13.516
Diversos	1.871	1.872	288	3.753
Total - Não circulante	10.025	10.301	20.468	19.386

A Administração do Banco e do Consolidado revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 30 de junho de 2021 totalizavam R\$ 5.582 (31/12/2020 - R\$ 9.004).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente.

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Banco e Consolidado			
	30/06/2021			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início do semestre	2.117	13.516	3.753	19.386
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	3.015	13.073	113	16.201
Êxitos/reversões	(1.672)	(6.425)	(3.578)	(11.675)
Pagamentos	(202)	(3.242)		(3.444)
Saldo no fim do semestre	3.258	16.922	288	20.468

	Banco e Consolidado			
	30/06/2020			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início dos semestre	3.719	24.821	109	28.649
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	961	10.040	44	11.045
Êxitos/reversões	(981)	(11.555)		(12.536)
Pagamentos	(293)	(5.345)		(5.638)
Saldo no fim dos semestre	3.406	17.961	153	21.520

- (ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta R\$ 60.293 (31/12/2020 - R\$ 57.088), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 27 de novembro de 2020, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 50.000, refletindo no aumento de 7.142.515 ações ordinárias e 2.528.665 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 52.084, refletindo no aumento de 7.312.888 ações ordinárias e 2.588.991 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Assim, em 30 de junho de 2021, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 560.705 (31/12/2020 – R\$ 508.621) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 30 de junho de 2021	80.427.557	28.473.845	108.901.402
Em 31 de dezembro de 2020	73.114.669	25.884.854	98.999.523

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em fevereiro de 2020, foram pagos dividendos no montante de R\$ 800 e em abril de 2020 foram pagos dividendos no montante de R\$ 2.075, ambos formalizados em Ata de Reunião da Diretoria.

(d) Opções de compra de ações

Em 2019, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Grupo BS2, foram outorgadas Opções de Compra de Ações das companhias Banco BS2, BS2 DTVM e ADIQ Soluções de Pagamento. Estes programas são baseados em ações e liquidados em instrumentos de patrimônio (ações ou cotas).

São elegíveis ao plano os administradores, executivos e profissionais de alto nível do Banco e de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, além de prestadores de serviços, sem vínculo empregatício ou estatutário. É atribuído ao Conselho de Administração escolher, por seu único e exclusivo critério, os executivos e profissionais elegíveis ("Beneficiários").

O plano de incentivo outorgado pelo Banco BS2 é composto por 3 lotes, que passavam a ser exercíveis a partir de zero (vestidas imediatamente), 0,7 e 1,7 anos da data de concessão, respectivamente. O Programa da companhia DTVM era composto por 2 lotes, que passavam a ser exercíveis em 1 e 2 anos, respectivamente, da data de concessão. As outorgas da ADIQ eram compostas também por 3 lotes, com o primeiro lote vestindo imediatamente, e o segundo e terceiro lotes com um tempo de carência médio de 0,9 e 1,9 anos, respectivamente, da data de concessão.

O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações é condicionado à manutenção do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas, de sorte que, desfeito este vínculo, independentemente da causa, é extinta a opção em relação às ações ou cotas ainda não subscritas e integralizadas. O Banco BS2 e as demais empresas do grupo não têm qualquer obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em espécie.

O prazo máximo de exercício (data de vencimento) dos programas é de aproximadamente 2 anos após a outorga. O preço de exercício de cada opção nos programas é calculado na data de exercício com base no valor patrimonial contábil de uma ação, apurada com base no último balanço anual ou balancete mensal da respectiva instituição, prevalecendo o que for mais recente em relação à data da subscrição. No programa ADIQ, o preço de exercício foi fixado na outorga em R\$ 4,00.

Em março de 2020 as opções da ADIQ foram canceladas, portanto não há contratos em vigor. Em agosto de 2020 o plano do Banco BS2 foi extinto, permanecendo em aberto somente o plano da DTVM, com 861.600 ações da DT Participações S.A. e poderão ser exercidos até 31 de dezembro de 2022.

19 Resultado da carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Crédito pessoal	630	862	630	862
Empresarial	26.161	25.226	25.937	24.719
Cartões de crédito	1.101	18	1.101	18
Precatórios	28.052	26.815	28.052	26.815
Total	55.944	52.921	55.720	52.414

20 Resultado com aplicações interfinanceiras

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Posição bancada	7.541	13.470	7.541	13.470
Depósitos interfinanceiros	595		595	
Total	8.136	13.470	8.136	13.470

21 Resultado com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de títulos de renda fixa	20.691	15.508	23.086	16.958
Resultado de aplicações em fundos de investimento	3.069	(6.268)	3.886	(6.007)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(1.200)	2.060	(1.521)	2.011
Deságios na colocação de títulos		(170)		(170)
Total	22.560	11.130	25.451	12.792

22 Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Transações de pagamentos (nota 8(b))	(23.189)	
Total	(23.189)	

23 Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de títulos emitidos no exterior		(102.304)		(102.304)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(3.059)	(3.862)	(3.059)	(3.862)
Despesas de depósitos a prazo	(119.028)	(68.770)	(95.646)	(66.328)
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	(8.585)	(4.261)	(8.585)	(4.261)
Outras despesas de captação	(4.698)	(2.922)	(4.605)	(2.786)
Total	(135.370)	(182.119)	(111.895)	(179.541)

24 Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Rendas por serviços de pagamento (i)			40.032	25.538
Rendas de cobrança	107	258	107	258
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (ii)	144.983	64.725	174.136	64.725
Rendas de administração de fundos de investimentos			538	420
Diversas	7.074	7.930	8.835	9.585
Total	152.164	72.913	223.648	100.526

(i) Rendas provenientes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

(ii) Rendas provenientes de aquisições realizada pelo Banco e Consolidado de créditos dos seus estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

25 Despesa de pessoal

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	(5.422)	(3.569)	(9.265)	(4.889)
Benefícios	(4.179)	(3.709)	(8.028)	(7.171)
Encargos Sociais	(6.706)	(6.203)	(12.405)	(11.656)
Proventos	(17.797)	(15.493)	(37.424)	(33.447)
Treinamento	(386)	(574)	(394)	(587)
Estagiários	(265)	(216)	(347)	(327)
Total	(34.755)	(29.764)	(67.863)	(58.077)

26 Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Aluguel	(4.034)	(4.218)	(4.479)	(5.140)
Comunicação	(2.195)	(1.798)	(3.401)	(2.839)
Manutenção e conservação de bens	(367)	(425)	(497)	(551)
Processamento de dados	(36.946)	(39.236)	(63.391)	(57.598)
Promoções e relações públicas	(533)	(12.154)	(658)	(12.747)
Propaganda e publicidade	(4.969)	(9.978)	(4.989)	(10.105)
Prestação de serviços	(78.893)	(58.330)	(74.370)	(44.565)
Transportes	(1.626)	(4.185)	(1.768)	(4.437)
Viagens	(345)	(1.003)	(371)	(1.240)
Depreciação e amortização	(8.040)	(7.939)	(12.311)	(10.864)
Outros	(3.298)	(3.871)	(4.554)	(4.928)
Total	(141.246)	(143.137)	(170.789)	(155.014)

27 Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas tributárias	(4.024)	(3.832)	(5.415)	(4.441)
ISSQN	(956)	(560)	(4.556)	(2.670)
Cofins	(7.314)	(4.040)	(17.735)	(8.159)
PIS	(1.189)	(656)	(3.378)	(1.530)
Total	(13.483)	(9.088)	(31.084)	(16.800)

28 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de despesas de provisões operacionais (i)	24.296	11.273	28.528	12.251
Variações monetárias e cambiais	2.346	2.871	2.526	2.893
Ajuste a valor de mercado da captação externa		1.215		1.215
Rebate de contratos cedidos	56	456	56	456
Resultado operações com outros direitos creditórios	4.896	576	4.896	576
Receitas com operações de seguros			121	188
Diversos	1.966	864	2.131	1.391
Total de outras receitas operacionais	33.560	17.255	38.258	18.970

	Banco		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de provisões operacionais (i)	(6.878)	(918)	(6.878)	(918)
Variações monetárias e cambiais	(46)	(2.627)	(46)	(2.627)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(6)	(63)	(285)	(63)
Despesas com serviços associados a transações de pagamento			(419)	(77)
Intermediação de antecipação de recebíveis(ii)	(44.224)	(14.901)		
Perdas com processos trabalhistas	(202)	(293)	(204)	(293)
Perdas com processos cíveis	(3.242)	(5.345)	(3.243)	(5.345)
Despesas com operações de seguros			(470)	(774)
Diversos	(2.069)	(3.716)	(2.236)	(4.010)
Total de outras despesas operacionais	(56.667)	(27.863)	(13.781)	(14.107)

- (i) “Recuperação/Despesas de provisões operacionais” referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso. Em 30 de junho de 2021, o valor R\$ 18.985 refere-se a reversão de provisão de tarifas, conforme nota 33(e).
- (ii) “Intermediação de antecipação de recebíveis” refere-se a despesas de intermediação de operações de antecipação de recebíveis vinculados a operações de aquisição.

29 Imposto de renda e contribuição social

	Banco			
	30/06/2021		30/06/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	31.751	31.751	(81.658)	(81.658)
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(18.802)	(18.802)	644	644
Participações no resultado	(2.677)	(2.677)		
Outras, líquidas	1.105	615	200	937
Base de cálculo	11.377	10.887	(80.814)	(80.077)
Alíquota Efetiva	(1.706)	(2.177)	12.122	16.015
Alíquota Adicional	(1.138)		8.082	
Imposto de renda e contribuição social	(2.844)	(2.177)	20.204	16.015

	30/06/2021		Consolidado 30/06/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	53.412	53.412	(80.141)	(80.141)
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(256)	(256)	(210)	(210)
Participações no resultado	(5.425)	(5.425)	(1.789)	(1.789)
Outras, líquidas	3.317	810	(494)	274
Base de cálculo	51.048	48.541	(82.634)	(81.866)
Alíquota Efetiva	(7.565)	(4.966)	12.482	16.912
Alíquota Adicional	(4.982)		8.352	
Incentivo Fiscal	143		36	
Tributação pelo lucro presumido	(131)	(55)	(40)	(19)
Imposto de renda e contribuição social	(12.535)	(5.021)	20.830	16.893

30 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	30/06/2021		31/12/2020		Banco 30/06/2020	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações de Crédito	12.020	207	13.197	782		
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)						233
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)						54
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	6.002	207	7.636	495		
Pessoal chave da Administração (iii)	327		295			
Outras partes relacionadas (iv)	5.691		5.266			
Depósitos à vista	(329.085)		(216.863)			
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(320.573)		(12)			
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(926)		(158)			
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(3)		(7)			
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)			(211.054)			
Adiplus Facilitadora de Pagamentos Ltda. (ii)			(490)			
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (ii)	(11)		(6)			
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(100)		(23)			
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda. (ii)	(12)		(25)			
AD Participações S.A. (ii)	(2)		(3)			
DT Participações S.A. (ii)	(7)		(1)			
BLU Participações Ltda. (ii)	(11)		(5)			
BS2 Tecnologia e Processamento Ltda	(4)		(2)			
BS2P Participações Ltda. (ii)	(4)		(3)			
Pessoal chave da Administração (ii)	(567)		(1.555)			
Outras partes relacionadas (iv)	(6.865)		(3.519)			

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 18 (d).

Conforme legislação vigente à partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme detalhado na nota 30 (a).

31 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. Para o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), foi divulgada a Resolução CMN nº 4.192/13, que define a metodologia de apuração e a Resolução CMN nº. 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal para Basileia III.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	448.654	381.133
(+) Capital Principal (a)	448.654	381.133
(+) Capital Social e Reservas	570.893	519.032
(+) Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	16.737	16.485
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial		75
Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa		103
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	7.918	154.357
(-) Ajustes Prudenciais	161.947	129.363
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	105.122	129.363
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	114.890	136.546
(-) Deduções do Nível II	9.767	7.183
(=) Patrimônio de Referência Total	553.777	510.496
Alocação de Capital por Risco		
Risco de Crédito (RWAcpad)	3.957.906	3.731.254
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWAcom)	275.998	314.200
Risco Operacional (RWAopad)	526.354	430.587
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	4.760.259	4.476.041
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	380.821	358.083
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	392.035	391.794
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	172.956	152.412
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	84.387	62.751
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	163.039	112.570
Margem sobre o Capital Principal Requerido	234.443	179.711
Margem Adicional de Capital	85.685	56.620
Índice de Basileia - PR	11,63%	11,41%
Índice do Nível I	9,43%	8,51%
Índice do Capital Principal	9,43%	8,51%
Índice de Imobilização	19,68%	18,27%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.192/13 para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2020 foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores de 0%, 40% e 80%. Já em junho de 2021, foi considerado a aplicação dos redutores de 20%, 40% e 60% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2021, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,63% (11,41% em 31/12/2020), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em junho de 2021 é de 9,625% (Índice Basileia 8% + ACP 1,625%) de acordo com a Resolução CMN nº 4.193/13. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 9,43% (8,51% em 31/12/2020), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (7,625% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 553.777 (R\$ 510.496 em 31/12/2020) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 380.821 (R\$ 358.083 em 31/12/2020) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 392.035 (R\$ 391.794 em 31/12/2020), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$ 84.387 (R\$ 62.751 em 31/12/2020).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

32 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Banco e Consolidado, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e Consolidado.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco e Consolidado reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional e socioambiental – É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais, eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo também o risco legal. O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e socioambiental de grande relevância como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de risco operacional e socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN nº. 4.557/17, e com a Resolução CMN nº 4.327/14 o Banco e Consolidado instituíram suas políticas para gestão do risco operacional e risco socioambiental, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que todos os seus colaboradores entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais operacionais relativos ao risco operacional e socioambiental. Com o lançamento da Agenda de Sustentabilidade no BS2, o gerenciamento do risco socioambiental se tornou uma das várias linhas de ações a serem fortalecidas em todas as áreas do negócio.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco e Consolidado contam com Programa de Continuidade de Negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A Continuidade de Negócios no Banco e Consolidado contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão de todo o Programa de Continuidade de Negócios, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado definiram sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a sua carteira de empréstimos consignados, crédito para pequenas e médias empresas (Empresarial) e operações de câmbio e sua atuação na Tesouraria.

A estrutura define os órgãos envolvidos e suas respectivas atribuições e responsabilidades, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Banco e Consolidado e o diretor estatutário responsável por cada um dos riscos junto ao Banco Central do Brasil, além de descrever o processo de gerenciamento de risco de mercado e liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco de crédito, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao

peçoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada em seu site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, aos processos e metodologias de gerenciamento, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

33 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco e Consolidado possuem cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nos mercados de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nos mercados de 30/06/2021 e 31/12/2020 respectivamente, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira Total	Exposições	Em 30/06/2021 (*)		
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	34	(6.744)	(13.443)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(49)	(4)	(9)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	17	(413)	(826)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	32	(3.142)	(6.376)
Ações	Preço das Ações	214	(5.358)	(10.715)
Demais	Demais fatores de risco	15	(1.913)	(3.626)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		264	(17.574)	(34.996)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(61)	(11.042)	(21.841)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Total	Exposições	Em 31/12/2020 (*)		
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	113	(19.507)	(40.927)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(17)	(34)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	152	(3.800)	(7.600)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	42	(2.334)	(4.695)
Ações	Preço das Ações	232	(5.803)	(11.605)
Demais	Demais fatores de risco	97	(4.534)	(9.058)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		588	(35.994)	(73.919)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(781)	(28.673)	(59.260)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira Trading, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira Trading	Exposições	Em 30/06/2021 (*)		
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(6)	(1.196)	(2.152)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(49)	(4)	(9)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	17	(413)	(826)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(13)	(1.077)	(2.060)
Ações	Preço das Ações	214	(5.358)	(10.715)
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(300)	(591)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		159	(8.348)	(16.354)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(101)	(3.881)	(7.515)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Trading	Exposições	Em 31/12/2020 (*)		
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(8)	(1.383)	(2.536)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(48)	(17)	(34)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	584	(14.592)	(29.184)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(14)	(820)	(1.576)
Ações	Preço das Ações	232	(5.803)	(11.605)
Demais	Demais fatores de risco	(159)	(2.221)	(4.387)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		586	(24.836)	(49.323)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(1.036)	(12.610)	(24.884)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 30 de junho de 2021 bem como em 31 de dezembro de 2020, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

						Banco
						30/06/2021
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	57.605		57.749		57.749	144
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.323.128	1.323.128			1.323.128	
Operações de crédito	692.451		413.240	280.631	693.871	1.420
Passivo						
Depósitos	6.371.755		6.515.207		6.515.207	143.452
Captações no mercado aberto	4.972	4.972			4.972	
Recursos de aceites e emissão de títulos	60.810		61.546		61.546	736
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	165.763		184.739		184.739	18.976
						Banco
						31/12/2020
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	55.610		55.681		55.681	71
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.137.494	1.137.494			1.137.494	
Operações de crédito	636.185		406.756	232.010	638.766	2.581
Passivo						
Depósitos	5.621.935		5.740.015		5.740.015	118.080
Captações no mercado aberto	4.733	4.733			4.733	
Recursos de aceites e emissão de títulos	137.591		138.326		138.326	735
Instrumentos financeiros derivativos	43		43		43	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	156.755		164.922		164.922	8.167
						Consolidado
						30/06/2021
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.605		57.749		57.749	144
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	1.473.534	1.473.534			1.473.534	
Carteira de crédito	686.450		407.720	280.631	688.351	1.901
Passivo						
Depósitos	4.906.602		5.091.217		5.091.217	184.615
Captações no mercado aberto	21.195		21.195		21.195	
Recursos de aceites e emissão de títulos	60.810		61.546		61.546	736
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	165.763		184.739		184.739	18.976

						Consolidado
						31/12/2020
	Valor				Valor	Resultado
	Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo	Não
						realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.610		55.681		55.681	71
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	1.286.322	1.286.322			1.286.322	
Carteira de crédito	628.549		392.562	232.010	624.572	3.977
Passivo						
Depósitos	4.210.521		4.355.729		4.355.729	145.208
Recursos de aceites e emissão de títulos	137.591		138.326		138.326	735
Instrumentos financeiros derivativos	43		43		43	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	156.755		164.922		164.922	8.167

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini
Diretora Vice-Presidente de Operações

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora Vice-Presidente de Relações com Investidores

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor Executivo

Ziro Murata Junior
Diretor Executivo

Conselho de Administração

João Claudio Pentagna Guimarães
Presidente

André Pentagna Guimarães Salazar
Vice-Presidente

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Conselheiro

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0